ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR

25/06/2026

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 14h00, em formato Híbrido, na Sala de Situação Hauer, Rua Frederico Maurer, 617 – Hauer, Curitiba – PR 81630-020, através de videoconferência, com acesso pelo link encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais: Secretaria de Estado da Segurança Publica - (SESP):** Suplente - Vaneska Calixto da Costa; **Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – (SETR)**: Titular: Matheus José Gonçalez da Silva; **Secretaria de Estado da Saude – (SESA)**: Titular: Lucimar Pasini Godoy; **Secretaria Secretaria de da Educação:** Suplente - Giszele Carneiro; **Secretaria Secretaria de Estado da Secretaria Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – (SETI):** Titular - Lenir Aparecida Mainardes da Silva; **Casa Civil:** Suplente - Allan do Santos; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família **(SEDEF):** Jociane Juliana Lino e Silva **Secretaria de Estado do Esporte (SEES):** - Neide Marchini **Conselheiros da Sociedade Civil: Ação Social Irmandade Sem Fronteiras:** Titular - Rockmillys Basante; ; **Instituto Brasileiro de Apoio Étnico Raciais – (IBASER):** Titular - Mário Igor Shimura Suplente – Sérgio Eduardo Menezes Silva; **Associação Para a Solidariedade dos Haitianos (ASHBRA):** Titular - Laurette Bernadin; **Associação Feminny:** Titular - Christiane Pereira; **Associação Batista Paranaense (ASBP):** Titular – Silvana Constanski Santos Monteiro; **Entidades Titulares Interior: Cáritas Arquidiocesana de Londrina:** Suplente – Fabricia Lais Pigaiani; **Demais participantes da Reunião – Colaboradores (as)/Convidados (os):** Jesus Alberto

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

Leon (Assistente Administrativo – (UTSC/SEJU); Fernando Buiar Noronha (PADF); Aline Romanel (Coordenadora – UTSC/SEJU); Eloise Boell (COCID/SEJU); Lucas Marsabli (CMC); Bruno Drozdek (CMC); Laura Schallrath (CODE/SEJU); Ana Sena (UFPR); Louise Rocha Raymundo (OIM); **1.Justificativas de Ausência: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU):** Gilberto Antonio de Souza Filho. **Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes (ASSM):** Sales Conceição De Melo Nogueira. **Cáritas Diocesana de Palmas:** Rosane Aparecida Da Silva Pereira **2. Abertura:** A princípio, Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) saudou todos (as) e deu início à chamada nominal para registro em Ata Logo após deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **3. Aprovação de Pauta:** Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) questionou os(as) Conselheiros(as) acerca do recebimento da pauta encaminhada previamente por correio eletrônico, bem como sobre a existência de eventuais inclusões de pauta. **4.Aprovação da Ata :** Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) colocou a Pauta em aprovação do Pleno sem ressalvas, aprovada. **5. 5.Informes Gerais;** Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU), realizou a leitura do item e, na sequência, a Presidenta, Sra. Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), solicitou a palavra para propor uma inversão de pauta, solicitando que fosse concedida a palavra, prioritariamente, aos representantes de uma família de nacionalidade venezuelana, a fim de que pudessem relatar o atendimento recebido na Polícia Federal em relação ao seu filho **6.Relato de atendimento realizado na Polícia Federa;** O Assistente Administrativo Jesus Alberto Leon (UTSC/SEJU), fez uso da palavra para recapitular o histórico deste ponto de pauta, ressaltando que o caso em tela foi inicialmente pautado na reunião anterior por iniciativa da Presidência deste Colegiado. Conforme exposto, o menor encontrava-se formalmente inserido na lista prioritária de atendimento emergencial, tendo seu atendimento para solicitação de regularização migratória recusado na data do protocolo, o que motivou a aprovação e o envio de um ofício

formal de questionamento ao órgão competente por parte deste Conselho Pleno.Na oportunidade, apresentou a resposta oficial encaminhada pela Delegacia de Polícia de Migração (DELEMIG) da Polícia Federal, esclarecendo que o atendimento inicial foi interrompido devido a uma divergência técnica entre o procedimento originalmente instruído pela entidade parceira e a opção manifestada pela genitora no ato do protocolo. Contudo, em observância ao princípio do melhor interesse da criança e ao caráter humanitário da Operação Novo Horizonte, informou que a situação foi devidamente saneada pela via administrativa. Com isso, o atendimento foi plenamente garantido e reagendado para o dia 13 de maio, às 09h30, cabendo à entidade parceira realizar a formal cientificação da genitora acerca da nova data aprazada. Na sequência, foi concedida a palavra à genitora da criança, que apresentou seu relato sobre os fatos. Contraponto a justificativa apresentada pela Polícia Federal, a genitora declarou possuir toda a documentação necessária e afirmou que a alegação do órgão não procede, uma vez que, na mesma data do ocorrido, ela própria foi regularmente atendida sem intercorrências por constar na lista de atendimento emergencial. Segundo relatado, durante o seu atendimento, os agentes a orientaram a iniciar um procedimento de regularização distinto para o menor, em detrimento da solicitação de refúgio originalmente pleiteada, exigindo, para tanto, a apresentação de antecedentes criminais do Peru (país de residência anterior).Por fim, destacou-se que a inconsistência técnica e os entraves enfrentados no procedimento decorrem da particularidade de nacionalidade da unidade familiar, visto que a criança possui nacionalidade peruana, ao passo que os genitores são de nacionalidade venezuelana, o que gerou divergências na aplicação dos acordos migratórios vigentes. **Continuidade de Informes Gerais:** Dando continuidade aos trabalhos, no expediente de Informes Gerais, foi concedida a palavra ao representante da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Na oportunidade, o representante realizou o convite formal aos conselheiros deste Colegiado para participarem do treinamento sobre "Princípios e Práticas de Direito Migratório", nos termos do Ofício n.º 0347/2026-OIM/BSB, expedido pelo Chefe de

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

Missão da OIM no Brasil, Sr. Paolo Giuseppe Caputo. Esclareceu-se que a referida capacitação é realizada no âmbito do Projeto "Facilitando Vias de Migração Regular Sensíveis às Questões de Gênero por meio de Leis, Políticas e Práticas Harmonizadas e Coerentes no Brasil", iniciativa financiada pelo Fundo de Desenvolvimento da OIM (IOMDF) em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O objetivo do projeto é aprimorar o acesso a vias migratórias seguras, ordenadas e regulares no país, em conformidade com as normas nacionais e internacionais.O treinamento ocorrerá nos dias 17 e 18 de agosto do corrente ano, na cidade de Florianópolis. Por fim, solicitou-se aos conselheiros interessados que realizem a confirmação de suas respectivas participações mediante envio de mensagem aos correios eletrônicos: tsousa@iom.int, babrahami@iom.int e lucruz@iom.int. Adicionalmente, o representante da OIM estendeu o convite aos conselheiros para participarem da "Oficina de Fortalecimento em PSEAH" (Proteção Contra Exploração, Abuso e Assédio Sexual). Informou-se que a referida capacitação foi programada para o dia 9 de julho de 2026, no horário das 13h30 às 17h, tendo como local de realização o campus da Universidade Positivo. Após a manifestação do representante da OIM, a Senhora Presidente pediu a palavra para solicitar que a Secretaria de Estado da Justiça (SEJU) envide esforços para viabilizar e apoiar a participação dos demais conselheiros no referido treinamento sobre Direito Migratório. Tal solicitação fundamenta-se no fato de que a OIM financiará os custos de participação de apenas 1 (um) representante indicado pelo Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA/PR). na sequência, foi submetida à deliberação do Colegiado a indicação do representante a ser custeado pela agência internacional. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a indicação da Senhora Presidente como a representante indicada pelo CERMA/PR para participar da formação com o financiamento integral por parte da OIM. **7.Intervenção dos Convidados(as); Vereadora Camila Gonda;** A presidente Sra. Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras) fez uso da palavra para acolher e

agradecer a presença da Vereadora Camila Gonda, acompanhada de sua equipe técnica, bem como da Senhora Jedimar, representante da Instituição Terra, que na oportunidade estava representando a instituição Gerarda. Em sua introdução, a Presidente ressaltou que o convite se justificava em razão de um marco de extrema relevância para a comunidade migrante, fruto de um processo de articulação e luta que se estende por mais de três anos e que agora se consolida em uma estrutura de política pública concreta, cuja celebração e desdobramentos ocorreriam naquela mesma data. Na sequência, a palavra foi concedida à convidada. Ao iniciar seu pronunciamento, a Vereadora Camila Gonda expressou sua honra em participar da sessão deste Colegiado e destacou o longo e robusto processo de construção que viabilizou a aprovação, no início do corrente ano, de duas legislações municipais interligadas em Curitiba: a instituição do Dia Cultural Latino-Americano e a criação da Feira de Gastronomia Latino-Americana, que passa a figurar como política pública oficial do município. No tocante à operacionalização da Feira de Gastronomia, a parlamentar detalhou que a primeira edição está prevista para ocorrer entre o final de julho e o início de agosto, com periodicidade inicial mensal (sempre aos sábados), existindo a anuência da Secretaria Municipal competente para a conversão do evento em semanal, a depender do interesse e da adesão da comunidade. O local definido para a realização do evento será o Largo da Ordem, com funcionamento das 10h às 16h. A meta estrutural estabelecida é de assegurar a participação de, no mínimo, 30 barracas expositoras, garantindo uma representação plural e proporcional das diversas nacionalidades que residem na capital paranaense (como as comunidades venezuelana e chilena). Por fim, a Vereadora explanou sobre os mecanismos de fomento e sustentabilidade financeira do projeto. Informou que, em parceria com a instituição Gerarda, foi viabilizada a articulação de uma emenda parlamentar federal destinada a custear oficinas de capacitação e preparação para os feirantes interessados em expor no evento. Complementarmente, anunciou a destinação de recursos públicos decorrentes de emenda parlamentar de seu próprio mandato, a serem aplicados por meio da

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

Secretaria Municipal de Segurança Alimentar, para a aquisição de barracas padronizadas. Tais equipamentos serão doados de forma definitiva aos feirantes cadastrados, desonerando-os dos custos de aquisição e logística de transporte, viabilizando sua autonomia tanto para este espaço quanto para outras feiras futuras. A seguir, a conselheira Laurette Bernadin (ASHBRA) solicitou a palavra e, após saudar e parabenizar a Vereadora Camila Gonda pelo trabalho e pela iniciativa apresentada, manifestou preocupação com o cronograma operacional do projeto. A conselheira questionou como funcionará o processo de inscrição para os imigrantes interessados em expor na feira. Argumentou que, em razão da proximidade do início do evento (previsto para o mês seguinte), faz-se urgente estruturar a comunicação aos migrantes, detalhando as condições de participação e os requisitos necessários para a habilitação dos interessados. Retomando a palavra, a Senhora Presidente agradeceu à Vereadora Camila Gonda e prestou esclarecimentos acerca do processo organizatório e de inscrição para a feira, respondendo ao questionamento da conselheira Laurette. A Presidente informou que está em fase de reestruturação uma comissão organizadora responsável por avaliar os proponentes. Explicou que já foi realizado um chamamento público amplamente divulgado nos canais do CERMA, com o apoio da OIM e de prefeituras parceiras, além de ampla disseminação em grupos de comunicação digital. Esse processo inicial contou com mais de 100 inscritos, dos quais 48 foram selecionados nesta etapa preliminar, conforme detalhamento técnico a ser apresentado na sequência pela Senhora Jedimar. A Presidente ressaltou que, embora o grupo já esteja em preparação há cerca de um mês, o processo de estruturação permanece aberto para integrar novas iniciativas e empreendimentos. Por fim, destacou que se trata de um projeto de caráter macro, que extrapola a realização de um evento pontual. A iniciativa prevê visitas técnicas contínuas aos locais de atuação dos empreendedores com o objetivo de captar fomento, sementes de apoio e fortalecimento dos negócios já existentes, funcionando este primeiro momento como um projeto-piloto estruturante para consolidar a política pública e adequá-la às reais necessidades do

empreendedorismo migrante com visão de negócios. A Vereadora retomou a palavra para detalhar os aspectos operacionais do cadastramento, esclarecendo que a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar disponibilizou um link público de pré-inscrição voltado exclusivamente aos feirantes que atuarão no setor de gastronomia. Explicou que os expositores dedicados a apresentações culturais ou à exposição de peças artesanais estão dispensados desse registro prévio. Informou ainda que o seu mandato parlamentar permanece à disposição para encaminhar o referido link de pré-cadastro aos interessados. Por fim, a parlamentar explicitou que a consolidação da participação dos feirantes ocorrerá mediante a publicação de um edital oficial pela referida Secretaria Municipal. Este documento estabelecerá o número total de vagas distribuídas de forma proporcional por nacionalidade, sendo o processo de seleção final e chamamento dos cadastrados habilitados realizado por meio de sorteio público no sistema. a sequência, foi concedida a palavra à Senhora Yedimar Castelhano fundadora da iniciativa Rambi Terra Latina. Em sua exposição, explicou que o Rambi tem como propósito conectar empreendedores e empresários latino-americanos ao setor socioeconômico brasileiro, atuando em três frentes fundamentais: o terceiro setor, o setor governamental e o setor empresarial. Destacou que, no âmbito governamental e do terceiro setor, as principais parcerias se dão com o CERMA/PR e com a Associação Civil Irmandade Sem Fronteiras, parceria esta consolidada desde o ano anterior. A convidada relatou que, a partir das demandas da comunidade, levou à Vereadora Camila Gonda a preocupação de qualificar devidamente os empreendedores migrantes para que estivessem estruturalmente preparados para participar de feiras e eventos. Ressaltou que a proposta consistiu em estruturar e formalizar os planos de negócios independentemente de estarem formalizados como microempreendedores individuais, capacitando-os no atendimento ao público e na apresentação de produtos. Além disso, enfatizou a importância de expandir o escopo do projeto para além da gastronomia, de modo a abranger segmentos como artesanato, prestação de serviços, saúde e beleza, evitando a restrição dos benefícios da feira a um grupo

reduzido. Sob essa perspectiva intercultural, buscou-se garantir a participação de diversas nacionalidades latino-americanas, respeitando a ampla presença de migrantes venezuelanos, mas estendendo as oportunidades a outros países. Para a viabilização da qualificação profissional, a palestrante informou que foi estabelecida parceria com a empresa Mega Gerar, que a contratou para ministrar a instrução e consultoria aos participantes, marcando uma iniciativa histórica de uma profissional migrante capacitando sua própria comunidade. Detalhou que o processo formativo contou com o apoio de diversos parceiros institucionais, incluindo o Vale do Pinhão (Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A.), a OIM e a Faculdade Única de Curitiba. No tocante ao cronograma e dados da formação, Yedimar informou que as atividades iniciaram-se em 22 de maio, totalizando oito aulas presenciais consecutivas no período noturno, facilitando a participação de empreendedores que cumprem jornada formal de trabalho (CLT). O programa registrou inicialmente 127 inscritos, dos quais 53 compareceram à primeira aula, resultando na formação de uma turma final de 33 empreendedores altamente engajados de nacionalidades venezuelana, peruana e haitiana. A grade de projetos formados revelou-se diversa, sendo apenas cerca de 30% a 35% voltados à gastronomia, com o restante distribuído nas áreas de beleza, artesanato e *startups*. Por fim, comunicou que a mostra final de projetos e a apresentação dos *pitches* de negócios ocorreriam naquela mesma data, a partir das 18h, na Faculdade Única de Curitiba. Concluiu reforçando o impacto socioeconômico e turístico do projeto, que visa estruturar negócios de forma sustentável para além da subsistência imediata, gerando emancipação financeira e impacto positivo para as famílias dos migrantes envolvidos. Ao encerramento de sua fala, colocou-se à disposição do Colegiado para esclarecimentos. Na sequência, a Presidente Rockmillys Basante, representante da (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), fez uso da palavra e convidou a Professora Tatiana Fredericks para compartilhar um breve histórico da Sala 28 e de sua trajetória na temática migratória. A Presidente destacou a importância de resgatar a memória da construção desse espaço e do trabalho

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

desenvolvido em Brasília, ressaltando sua contribuição para o fortalecimento das políticas voltadas às pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Com a palavra, a Professora Tatiana Fredericks agradeceu o convite e cumprimentou a Presidente, os(as) Conselheiros(as), observadores(as) e o público presente, tanto presencialmente quanto de forma virtual. Manifestou sua satisfação e emoção em participar da reunião, afirmando sentir-se honrada por retornar ao CERMA, instituição da qual guarda profundo orgulho por ter sido o primeiro conselho estadual dedicado à pauta migratória no país. Em sua fala, relembrou o processo de criação do Conselho, destacando que sua constituição foi resultado de intensa mobilização coletiva, iniciada com a criação de um comitê que, posteriormente, foi transformado em conselho. Ressaltou que esse processo exigiu amplo diálogo e articulação junto à Secretaria de Estado da Justiça, ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa, mencionando a importante atuação do Professor Gidiel, então integrante da Secretaria da Justiça, cuja contribuição foi decisiva para a consolidação do CERMA. A Professora enfatizou que sua trajetória profissional está profundamente vinculada à construção do Conselho e afirmou que a experiência adquirida nesse processo possibilitou importantes avanços na Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialmente com a criação da Sala 28, referência nacional no acolhimento e inclusão de migrantes e refugiados. Destacou que a UFPR tornou-se a universidade federal que mais realiza revalidação de diplomas de pessoas migrantes e refugiadas, além de promover políticas de acesso, permanência, acompanhamento de estudantes e egressos e um programa específico de acolhimento para calouros migrantes e refugiados, o que demandou a adequação dos projetos pedagógicos de diversos cursos. Ainda em sua manifestação, registrou preocupação com o atual cenário da universidade, mencionando a possibilidade de retrocessos em políticas voltadas à população migrante, especialmente no que se refere à revalidação de diplomas, e ressaltou a importância do apoio e da atuação do CERMA na defesa dessas conquistas. Por fim, destacou que sua atuação no Ministério da Justiça, bem como em organismos internacionais e redes voltadas à

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

temática migratória, foi fortemente influenciada pela experiência construída no CERMA, reafirmando sua gratidão pela oportunidade de participar daquele momento e parabenizando o Conselho por sua trajetória e relevância na promoção dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Após a manifestação da Professora Tatiana Fredericks, a Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), retomou a palavra e destacou a emoção do momento, ressaltando que a realidade vivenciada por migrantes e refugiados continua sendo marcada por grandes desafios, especialmente diante dos acontecimentos recentes envolvendo a Venezuela. Enfatizou que pessoas em situação de mobilidade humana buscam, acima de tudo, paz, segurança e dignidade, e que o CERMA representa um espaço de união em torno do bem comum, reunindo pessoas comprometidas com a defesa dos direitos da população migrante. A Presidente salientou a responsabilidade do Conselho em preservar a memória daqueles que construíram o primeiro espaço institucional de participação e luta pelos direitos de migrantes, refugiados e apátridas no Estado do Paraná, reconhecendo a importância das pessoas que iniciaram essa trajetória. Em seguida, convidou a Sra. Elisabeth, uma das pioneiras dessa construção, para compartilhar sua experiência e recordar a história do CERMA. Com a palavra, a Sra. Elisabeth cumprimentou os(as) presentes e iniciou sua fala recordando os primeiros anos de atuação em defesa da população migrante em Curitiba. Relatou que, no início dos anos 2000, quando atuava na Pastoral dos Migrantes, as instituições públicas ainda não possuíam políticas voltadas ao atendimento dessa população, sendo frequentes as dificuldades para encaminhar pessoas migrantes que chegavam à cidade sem local para permanecer. Destacou que, naquele período, apenas a Pastoral dos Migrantes e a Casa Latino-Americana desenvolviam ações permanentes de acolhimento em Curitiba. Em seguida, relembrou que a mobilização junto à Secretaria de Estado da Justiça surgiu diante da necessidade concreta de atendimento a seis migrantes nigerianos que chegaram ao Porto de Paranaguá em situação de extrema vulnerabilidade. Ressaltou que esse episódio impulsionou o diálogo com a Secretaria, especialmente com o Professor

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

Gediel e a Professora Fátima, dando início ao processo de construção das primeiras políticas estaduais voltadas à temática migratória. Destacou ainda que, posteriormente, a chegada de migrantes haitianos reforçou a necessidade de estruturar uma política pública permanente para o atendimento dessa população. A Sra. Elisabeth enfatizou que o atual CERMA é resultado de um processo coletivo iniciado com a criação de um comitê, posteriormente transformado em Conselho por meio de legislação estadual, fruto da atuação conjunta da sociedade civil, universidades e poder público. Ressaltou que nenhuma política pública é construída de forma isolada, sendo indispensável o trabalho em rede e a cooperação entre instituições. Durante sua manifestação, registrou sua emoção ao mencionar a situação vivenciada atualmente pela população venezuelana e destacou que os desafios relacionados aos deslocamentos forçados tendem a se ampliar, inclusive em razão das mudanças climáticas, reforçando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal. Também destacou o importante papel desempenhado por Curitiba e pelo Estado do Paraná na construção de políticas de acolhimento para migrantes e refugiados, ressaltando, contudo, a necessidade de ampliar essas ações para o interior do Estado, uma vez que o CERMA representa todo o Paraná e não apenas a capital. Ao final, assumiu publicamente o compromisso de contribuir para a preservação da memória da política migratória paranaense, propondo a construção de um registro histórico coletivo sobre a trajetória da migração no Estado, envolvendo universidades, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Sugeriu que cada instituição sistematize sua própria história para que, futuramente, seja elaborado um grande dossiê sobre a construção das políticas migratórias no Paraná, registrando as experiências, os desafios e as conquistas alcançadas ao longo dos anos. Encerrando sua fala, agradeceu a oportunidade de participar da reunião, reafirmou seu compromisso com a causa migratória e destacou a importância de preservar essa memória para que as futuras gerações possam conhecer e dar continuidade ao trabalho desenvolvido em defesa dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Na sequência, a

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), fez uso da palavra e ressaltou a importância da cooperação internacional para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Destacou que organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como iniciativas como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, podem contribuir significativamente com o apoio às organizações da sociedade civil e ao desenvolvimento de ações em defesa dessa população. A Presidente lembrou que a ONU foi a primeira organização internacional a estabelecer uma missão voltada à temática migratória no Estado, ressaltando a importância de reconhecer essa contribuição, assim como reconhecer o trabalho das instituições e das pessoas que participaram da construção da política migratória no Paraná. Também enfatizou a relevância histórica do CERMA como o primeiro conselho estadual voltado à temática dos direitos de migrantes, refugiados e apátridas, destacando que preservar essa memória é fundamental para fortalecer as conquistas alcançadas. Em sua manifestação, registrou ainda o reconhecimento à Prefeitura de Curitiba, especialmente por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, pela iniciativa de instituir a Política Municipal para a População Migrante, com a criação de legislação específica e de um conselho municipal, representando mais um importante avanço na consolidação das políticas públicas de acolhimento e proteção. Por fim, reforçou que o fortalecimento dessas políticas depende da atuação conjunta entre poder público, sociedade civil, universidades e organismos internacionais, destacando que a construção coletiva deve se materializar em ações concretas e articuladas, e não apenas em discursos, reafirmando que o trabalho em rede é essencial para promover a garantia de direitos da população em situação de mobilidade humana.Na sequência, a Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), passou a palavra ao convidado Paulo Illes iniciou sua manifestação agradecendo o convite e afirmando ser uma grande honra retornar ao CERMA, destacando que esta era a terceira ou quarta vez que participava de uma reunião do Conselho. Cumprimentou a Presidente, as(os) Conselheiras(os),

representantes da sociedade civil, do poder público e os demais presentes, recordando que, em oportunidades anteriores, esteve no Paraná a convite da Professora Tatiana Fredericks e da Sra. Elisabeth, da Cáritas O convidado informou que sua presença em Curitiba se deu em razão de um seminário promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), oportunidade em que também visitou importantes equipamentos voltados ao atendimento da população migrante, entre eles a Agência do Migrante e a Ação Social Irmandade Sem Fronteiras, onde conheceu de perto as atividades desenvolvidas e destacou o acolhimento recebido. Em sua fala, relatou que, durante o processo de elaboração da Política Municipal para a População Migrante do Município de São Paulo, buscava referências de políticas institucionalizadas existentes no Brasil. Nesse contexto, destacou que a legislação que instituiu o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA) foi uma das principais inspirações para a construção da política pública paulistana, servindo como exemplo da importância da institucionalização da temática migratória por meio de legislação específica e de espaços permanentes de participação social. O Sr. Paulo Illes ressaltou que essa experiência demonstra como os entes federativos podem aprender mutuamente na construção de políticas públicas, afirmando que o CERMA representa uma referência nacional na área da migração. Prosseguindo, compartilhou sua experiência à frente da Coordenação-Geral de Políticas para Migrantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, destacando que teve a oportunidade de percorrer diversos estados brasileiros e promover a articulação entre as Secretarias Estaduais de Justiça, fortalecendo o diálogo federativo em torno da pauta migratória. Ao abordar a realização da Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR), ressaltou que seu principal legado não se resume às políticas implementadas pelo Governo Federal, mas sobretudo ao fortalecimento da capacidade de estados e municípios desenvolverem suas próprias políticas públicas para a população migrante. Segundo afirmou, a conferência contribuiu para consolidar uma nova visão da política migratória brasileira, superando uma

abordagem centrada apenas na gestão dos fluxos migratórios e avançando para um modelo baseado na integração, inclusão social, participação cidadã e garantia de direitos. O convidado enfatizou que essa mudança de paradigma ainda se encontra em processo de consolidação, mas representa um importante avanço para a construção de uma política migratória mais humanizada e articulada entre os diferentes níveis de governo. Na parte final de sua manifestação, apresentou a experiência da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras, iniciativa inspirada em uma rede francesa de municípios comprometidos com políticas de acolhimento e integração de migrantes. Relatou que a ideia surgiu a partir da adaptação dessa experiência internacional à realidade brasileira, durante sua atuação no Ministério da Justiça, resultando na criação de uma rede nacional voltada ao fortalecimento das políticas municipais para a população migrante. Destacou que a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras busca ampliar a participação dos municípios na construção de políticas públicas de integração, incentivando a atuação conjunta entre governos locais, sociedade civil, universidades e comunidades, de forma que a cidade seja compreendida como um espaço coletivo de acolhimento, participação cidadã e garantia de direitos. Por fim, ressaltou a importância de aprofundar os estudos e pesquisas sobre o papel dos municípios na política migratória brasileira, incentivando as universidades a produzirem conhecimento sobre essa temática, e parabenizou o CERMA pelo trabalho desenvolvido ao longo de sua trajetória, reafirmando que o Conselho permanece como uma importante referência nacional na promoção e defesa dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Após a manifestação do Sr. Paulo Illes, a Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), agradeceu sua participação e destacou a relevante contribuição de sua trajetória para o fortalecimento das políticas migratórias no Brasil. Ressaltou a admiração pelo trabalho desenvolvido por ele e pela equipe que atuou na construção da política pública federal de migração, afirmando que suas experiências servem de inspiração para o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas no âmbito do CERMA.

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

Na sequência, apresentou uma proposta aos(às) Conselheiros(as), antes da saída do convidado, sugerindo a realização, em parceria com a Escola de Gestão do Paraná, de um Encontro de Formação Prática sobre Regularização Migratória, iniciativa que já vinha sendo discutida no âmbito do Conselho. Explicou que a proposta consiste na realização de um encontro de dois dias, em formato de mesa de trabalho e debates, destinado à atualização de conhecimentos sobre regularização migratória, alterações legislativas, vistos humanitários, procedimentos administrativos e políticas públicas federais voltadas às pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. A Presidente destacou que o evento deverá reunir representantes do Ministério da Justiça, do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), da Polícia Federal, de organismos internacionais, universidades e organizações da sociedade civil, proporcionando um espaço de diálogo e capacitação para os diversos atores envolvidos na temática migratória. Em sua manifestação, ressaltou ainda a importância da II Conferência Nacional das Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR), reconhecendo o trabalho realizado durante sua organização e enfatizando que o processo conferencial proporcionou ampla participação social, formação de lideranças migrantes e fortalecimento do controle social por meio das conferências livres, municipais, estaduais e nacionais. A Presidente registrou que a experiência da COMIGRAR permitiu ampliar o conhecimento da população migrante sobre os mecanismos de participação democrática, destacando que esse legado contribuiu significativamente para o fortalecimento da atuação das organizações da sociedade civil e dos próprios migrantes na construção das políticas públicas. Na oportunidade, propôs ainda que o encontro de formação seja acompanhado de uma cerimônia de reconhecimento às pessoas e instituições que participaram da construção da política migratória no Estado do Paraná e da criação do CERMA. Sugeriu que sejam homenageados(as) os(as) primeiros(as) conselheiros(as), pesquisadores(as), representantes da sociedade civil, universidades, organizações parceiras e demais atores que

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

450

451 contribuíram para a consolidação da política estadual de migração e refúgio, bem
452 como representantes dos municípios do interior que desenvolveram iniciativas
453 voltadas ao acolhimento da população migrante. A Presidente solicitou o apoio da
454 Secretaria-Executiva e dos demais membros do Conselho para dar continuidade à
455 organização da atividade, destacando a possibilidade de buscar apoio junto aos
456 organismos de cooperação internacional para viabilizar a participação de convidados
457 e especialistas. Em seguida, registrou que a proposta de realização do encontro de
458 formação e da solenidade de reconhecimento foi acolhida pelo Plenário, ficando
459 acordado que o evento será organizado pelo CERMA em data alusiva às
460 comemorações do Dia do Migrante no Brasil e do Dia Mundial do Refugiado,
461 integrando a programação institucional do Conselho. Por fim, a Presidente solicitou à
462 Secretaria-Executiva o compartilhamento da gravação da presente reunião para
463 auxiliar na sistematização dos encaminhamentos deliberados e, antes de encerrar
464 sua manifestação, parabenizou a Conselheira Lenir pelo acompanhamento da
465 reunião realizada com a Secretaria de Estado da Educação, destacando a
466 relevância desse diálogo para a construção do III Plano Estadual de Políticas
467 Públicas para a População Migrante, Refugiada e Apátrida do Paraná. Antes de se
468 retirar, o convidado Sr. Paulo Illes solicitou novamente a palavra para registrar um
469 convite que havia esquecido de mencionar anteriormente. Informou que será
470 lançado, na semana seguinte, o chamamento para a Conferência dos 10 anos do
471 Fórum Social Mundial de Migrações, evento que terá como tema a reflexão sobre as
472 transformações ocorridas nas políticas migratórias internacionais e brasileiras ao
473 longo da última década. O convidado relembrou que diversos integrantes do CERMA
474 participaram da edição do Fórum Social Mundial de Migrações, realizada em São
475 Paulo, no ano de 2016, destacando a importância histórica daquele encontro para o
476 fortalecimento da articulação entre movimentos sociais, organizações da sociedade
477 civil, pesquisadores e gestores públicos que atuam na temática migratória.

478

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

Na oportunidade, convidou os(as) Conselheiros(as) e demais participantes a integrarem a programação comemorativa dos dez anos do Fórum, informando que o evento será realizado nos dias 26 e 27 de novembro, nas dependências da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em São Paulo, manifestando o desejo de contar com a participação da representação do CERMA nessa importante iniciativa. Na sequência, a Presidente Rockmillys Basante deu continuidade aos trabalhos da reunião, informando que seria aberto o momento destinado aos informes dos(as) Conselheiros(as). Convidou os(as) representantes que tivessem comunicados a apresentar para que fizessem uso da palavra. Com a palavra, o Conselheiro Mário Igor Shimura (IBASER), comunicou que a entidade deliberou internamente pela alteração de sua representação junto ao CERMA. Informou que, desde o início da atual gestão, vinha exercendo a função de conselheiro titular, tendo o Sr. Sérgio Eduardo Menezes Silva como suplente, e que, a partir daquele momento, as funções seriam invertidas, passando o Sr. Sérgio Eduardo Menezes Silva a exercer a titularidade da representação da entidade, enquanto o próprio passaria à condição de suplente. O Conselheiro esclareceu que a alteração decorre do aumento de suas atividades profissionais, especialmente em razão da ampliação de sua carga de trabalho como docente em duas instituições de ensino superior, o que tem dificultado sua disponibilidade para acompanhar as atividades do Conselho com a dedicação desejada. Destacou que a mudança permitirá melhor organização da representação institucional do IBASER, sem prejuízo da continuidade da participação da entidade nos trabalhos do CERMA. Em seguida, a Presidente questionou se a entidade já havia formalizado a alteração junto à Secretaria-Executiva do Conselho. Em resposta, o Conselheiro informou que o comunicado já havia sido encaminhado por correio eletrônico e que também providenciaria o envio do respectivo ofício formalizando a substituição da titularidade da representação do IBASER perante o CERMA. **8.Apresentação das Atividades Desenvolvidas pelos(as) Conselheiros(as) da Sociedade Civil no Primeiro Trimestre:** Dando

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

508

509 continuidade à pauta, a Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade
510 Sem Fronteiras), questionou os(as) Conselheiros(as) representantes da sociedade
511 civil se realizariam a Apresentação das Atividades Desenvolvidas pelos(as)
512 Conselheiros(as) da Sociedade Civil no Primeiro Trimestre, conforme previsto na
513 ordem do dia. Em resposta, as Conselheiras Christiane Pereira (Associação
514 Feminny), e Fabricia Lais Pigaiani (Cáritas Arquidiocesana de Londrina),
515 manifestaram interesse em realizar suas apresentações na presente reunião Os(as)
516 demais Conselheiros(as) representantes da sociedade civil manifestaram-se
517 informando que não realizariam suas apresentações na presente reunião. Dessa
518 forma, ficou acordado que os respectivos relatórios e apresentações das atividades
519 desenvolvidas no primeiro trimestre serão realizados na próxima reunião ordinária
520 do CERMA. Na sequência, a Presidente concedeu a palavra à Conselheira
521 Christiane Pereira (Associação Feminny), para que realizasse a apresentação das
522 atividades desenvolvidas por sua entidade no primeiro trimestre. Após sua
523 exposição, a palavra foi concedida à Conselheira Fabricia Lais Pigaiani (Cáritas
524 Arquidiocesana de Londrina), para apresentação das ações desenvolvidas pela
525 instituição no mesmo período. Com a palavra, a Conselheira Christiane Pereira
526 (Associação Feminny), realizou a apresentação das atividades desenvolvidas pela
527 entidade no primeiro trimestre. Inicialmente, informou que distribuiu aos(às)
528 Conselheiros(as) o relatório institucional contendo as ações executadas,
529 esclarecendo que houve um problema na impressão do material, sem prejuízo da
530 compreensão das informações apresentadas. Durante sua exposição, destacou que
531 a Associação Feminny mantém suas atividades voltadas ao fortalecimento da
532 população migrante por meio de ações nas áreas de cultura, empreendedorismo,
533 empregabilidade e capacitação profissional, ressaltando que essas iniciativas
534 encontram-se detalhadas no relatório entregue aos presentes. A Conselheira
535 informou ainda que, no corrente ano, a entidade passou a desenvolver um novo eixo
536 de atuação voltado às crianças migrantes, com a implementação de ações

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

destinadas à promoção da integração escolar e ao enfrentamento da xenofobia e da violência sofridas por crianças migrantes no ambiente educacional. Destacou que o projeto é desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e com o Fórum das Crianças Migrantes, envolvendo atividades de conscientização e integração nas escolas. Relatou que, por meio de uma parceria institucional, foi estruturado um espaço para atendimento de aproximadamente 150 crianças, no qual são oferecidas atividades de contraturno escolar, incluindo oficinas de artesanato, informática, língua inglesa, balé, karatê, defesa pessoal, além de eventos comunitários voltados às famílias atendidas. A Conselheira explicou que o projeto havia sido temporariamente interrompido em razão de questões administrativas, mas que as atividades foram retomadas neste ano, priorizando o atendimento de crianças migrantes em situação de vulnerabilidade social residentes em bairros com elevados índices de pobreza, buscando ampliar as oportunidades de integração social e desenvolvimento dessas crianças. Ao final, registrou agradecimento às instituições parceiras, em especial à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e ao Fórum das Crianças Migrantes, pelo apoio na execução das atividades. Também agradeceu às iniciativas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo da população migrante, destacando a importância da retomada de espaços de valorização cultural, como as feiras destinadas à divulgação das diferentes culturas e à geração de autonomia financeira para migrantes e refugiados. Por fim, agradeceu ao Conselho pela oportunidade de apresentar as ações desenvolvidas pela Associação Feminny e informou que precisaria se retirar da reunião em razão de compromisso previamente agendado. Na sequência, a Presidente concedeu a palavra à Conselheira Fabricia Lais Pigaiani (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), para apresentação das atividades desenvolvidas pela instituição no primeiro trimestre. A Conselheira iniciou sua exposição informando que, embora não tivesse preparado uma apresentação em formato de slides, trouxe os principais dados referentes aos atendimentos e às

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

566

567 ações realizadas pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina. Explicou que a instituição
568 atua há quase 30 anos na Arquidiocese de Londrina e, desde 2012, desenvolve
569 atendimento especializado à população migrante, refugiada e apátrida. Esclareceu
570 que a Cáritas atende 16 municípios da Arquidiocese de Londrina, incluindo Londrina,
571 Cambé, Rolândia, Jaguapitã, Ibiporã e demais municípios da região, destacando que
572 localidades como Jaguapitã e Rolândia concentram elevado número de
573 trabalhadores migrantes em razão da presença de frigoríficos e outras empresas.
574 Informou ainda que, desde 2021, a instituição mantém um termo de colaboração
575 com a Prefeitura Municipal de Londrina, por meio da Secretaria Municipal de
576 Assistência Social, em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública da
577 União, para execução de um programa de atendimento e acompanhamento à
578 população migrante, refugiada e apátrida no município. Ressaltou que, além desse
579 programa, a Cáritas continua prestando atendimento aos demais municípios da
580 Arquidiocese. Durante a apresentação, informou que, até 22 de junho de 2026, a
581 instituição havia realizado aproximadamente 2.700 atendimentos, correspondentes a
582 2.095 pessoas migrantes e refugiadas, provenientes de 57 nacionalidades. Destacou
583 que a maior parte dos atendimentos correspondeu a pessoas de nacionalidade
584 venezuelana, seguida por migrantes oriundos de Cuba, Haiti, Colômbia, Bangladesh,
585 Bolívia, Angola e Mauritânia, ressaltando o crescimento da migração proveniente de
586 Bangladesh e Mauritânia, especialmente em municípios com forte atividade
587 agroindustrial. A Conselheira explicou que os atendimentos compreendem ações de
588 regularização migratória, incluindo solicitações de autorização de residência,
589 renovação do Registro Nacional Migratório, pedidos de reconhecimento da condição
590 de refugiado, agendamentos junto à Polícia Federal, naturalização, orientações
591 jurídicas, encaminhamentos para serviços públicos de saúde, assistência social,
592 educação, habitação, inserção no mercado de trabalho e iniciativas de economia
593 solidária. Informou que a instituição mantém estreita articulação com a Polícia
594 Federal de Londrina, buscando agilizar o agendamento dos atendimentos e

595

596 possibilitar o encaminhamento prioritário de casos urgentes, bem como otimizar o
597 preenchimento das vagas disponíveis. Destacou ainda que a Cáritas oferece
598 atendimento psicossocial, acompanhamento por assistentes sociais e psicólogos,
599 além da distribuição de alimentos, roupas, móveis e outros itens essenciais às
600 famílias em situação de vulnerabilidade. Em sua fala, chamou atenção para a
601 situação da ocupação Flores do Campo, em Londrina, onde atualmente reside
602 expressivo número de famílias migrantes, especialmente venezuelanas, cubanas e
603 colombianas. Informou que a instituição acompanha de perto a situação dessas
604 famílias, principalmente em relação ao acesso à moradia e aos processos de
605 regularização fundiária, tema que vem sendo discutido junto ao Ministério Público. A
606 Conselheira também destacou o desenvolvimento da Escola de Português para
607 Migrantes, atualmente com turmas em Londrina e Rolândia, além das ações de
608 articulação junto ao Núcleo Regional de Educação para ampliação dessa política
609 pública. Ressaltou ainda o desenvolvimento de atividades voltadas à prevenção da
610 violência contra as mulheres migrantes, por meio de rodas de conversa sobre
611 direitos e acesso aos serviços públicos, bem como oficinas de acolhimento
612 realizadas em parceria com a rede socioassistencial. Por fim, informou que a
613 instituição está iniciando ações educativas voltadas ao enfrentamento da xenofobia
614 nas escolas da região e destacou que a equipe responsável pelo atendimento é
615 composta por sete profissionais, entre coordenadores, assistentes sociais, equipe
616 administrativa e técnicos especializados, além de contar com colaboradores
617 migrantes que auxiliam no atendimento em espanhol, francês e crioulo haitiano,
618 contribuindo para uma comunicação mais acessível com o público atendido. Ao
619 encerrar sua apresentação, agradeceu ao Conselho pela oportunidade de
620 compartilhar as atividades desenvolvidas pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina e
621 reafirmou o compromisso da instituição com a promoção e a garantia dos direitos da
622 população migrante, refugiada e apátrida. Após a apresentação da Conselheira
623 Fabricia Lais Pigaiani (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), a Presidente

624

625 Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), fez uso da palavra
626 para parabenizar a atuação da Cáritas Arquidiocesana de Londrina, destacando a
627 importância do trabalho contínuo desenvolvido pela instituição no atendimento à
628 população migrante, refugiada e apátrida. Em sua manifestação, ressaltou que é
629 fundamental planejar e fortalecer a atuação permanente da Cáritas no âmbito do
630 Estado do Paraná, reconhecendo não apenas o trabalho realizado pela unidade de
631 Londrina, mas também pelas demais unidades da instituição, como a Cáritas de
632 Palmas, bem como pela atuação histórica da Cáritas Regional Paraná na construção
633 das políticas públicas voltadas à temática migratória. A Presidente registrou ainda
634 seu reconhecimento às pessoas que contribuíram ao longo dos anos para essa
635 trajetória, mencionando representantes da Cáritas Regional, da Pastoral dos
636 Migrantes e demais parceiros que participaram da consolidação das políticas
637 públicas de migração no Estado do Paraná. Destacou que essa atuação contínua foi
638 essencial para o fortalecimento da rede de proteção e garantia de direitos da
639 população migrante. Por fim, a Presidente informou que a Conselheira **Laureti** havia
640 solicitado a palavra para formular um questionamento à expositora e adiantou que,
641 na sequência, seriam prestados esclarecimentos acerca da situação dos
642 atendimentos realizados pela Polícia Federal, bem como dos encaminhamentos e
643 deliberações anteriormente adotados pelo CERMA sobre o tema. Na sequência, foi
644 concedida a palavra à Conselheira Laurette Bernadin (ASHBRA) , que inicialmente
645 parabenizou a Conselheira Fabricia Lais Pigaiani pela apresentação realizada e pelo
646 trabalho desenvolvido pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina. Em seguida, a
647 Conselheira relatou a preocupação do Conselho com a situação enfrentada pela
648 população migrante residente no município de Paiçandu, na região de Maringá.
649 Informou que existe uma ocupação no município que abriga aproximadamente 700
650 migrantes de 13 nacionalidades,

651

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

652

653 os quais vêm enfrentando diversas situações de vulnerabilidade e dificuldades no
654 acesso às políticas públicas. Destacou que, segundo relatos recebidos, há
655 obstáculos no acesso aos serviços de saúde, educação e trabalho, mencionando
656 dificuldades para o atendimento das equipes de saúde na ocupação, casos de
657 discriminação e xenofobia no ambiente escolar, inclusive envolvendo crianças
658 migrantes, além de situações de preconceito e violações de direitos no mercado de
659 trabalho. Diante desse cenário, questionou a possibilidade de fortalecimento da
660 atuação da Cáritas de Maringá, em articulação com a Cáritas Arquidiocesana de
661 Londrina e demais instituições da rede, para prestar apoio às famílias migrantes
662 residentes em Paiçandu, considerando a proximidade entre os municípios. A
663 Conselheira informou ainda que, naquela semana, estava sendo realizado em
664 Maringá um mutirão de atendimento à população migrante, sugerindo que a situação
665 de Paiçandu também fosse levada ao conhecimento das instituições participantes,
666 como forma de buscar apoio e encaminhamentos para o atendimento das demandas
667 existentes. Por fim, relatou que o Superintendente responsável pela pauta migratória
668 já havia realizado visita à ocupação e tomado conhecimento da realidade local.
669 Ressaltou, contudo, que o principal encaminhamento necessário seria a articulação
670 de uma reunião com a Prefeitura Municipal de Paiçandu e as respectivas secretarias
671 competentes, a fim de promover o diálogo institucional e buscar soluções para
672 garantir o acesso da população migrante aos serviços públicos e às políticas de
673 proteção de direitos.Na sequência, a Presidente Rockmillys Basante (Ação Social
674 Irmandade Sem Fronteiras), fez uso da palavra e manifestou seu entendimento de
675 que a situação apresentada demanda uma atuação institucional articulada e urgente
676 por parte dos órgãos competentes. Ressaltou que a responsabilidade pela adoção
677 de providências não deve recair exclusivamente sobre a Superintendência, mas ser
678 compartilhada entre o CERMA, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, os
679 órgãos de cooperação internacional, o Ministério Público, a Defensoria Pública da

680

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

681

682 União, a Comissão de Direito Migratório da OAB e demais instituições que atuam na
683 promoção e defesa dos direitos da população migrante. A Presidente enfatizou que
684 o CERMA, por ser o órgão colegiado estadual formalmente constituído com
685 representação da sociedade civil e do poder público para tratar da política
686 migratória, possui legitimidade institucional para participar desse processo de
687 articulação, contribuindo para a construção de soluções voltadas à garantia dos
688 direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Diante do exposto, propôs
689 como encaminhamento a solicitação de uma reunião extraordinária, em caráter de
690 urgência, com a Prefeitura Municipal de Paiçandu, a ser articulada conjuntamente
691 pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, pela Superintendência-Geral de
692 Governança Migratória, pelo CERMA e com o apoio do Ministério Público, da
693 Defensoria Pública da União, da Comissão de Direito Migratório da OAB, dos
694 organismos de cooperação internacional, do Conselho Municipal de Direitos
695 Humanos de Maringá e das organizações da sociedade civil que atuam na pauta
696 migratória. Segundo a Presidente, o objetivo da reunião será promover o diálogo
697 institucional com o Município de Paiçandu para discutir a situação da população
698 migrante residente na ocupação mencionada, buscando assegurar o acesso dessa
699 população às políticas públicas de saúde, educação, assistência social e demais
700 direitos previstos na legislação vigente. Por fim, destacou que o atendimento à
701 população migrante constitui dever do poder público e deve observar os princípios
702 estabelecidos na Lei Federal nº 13.445/2017 (Lei de Migração), na Constituição
703 Federal e nas demais políticas públicas voltadas à promoção e proteção dos direitos
704 das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, ressaltando a importância da
705 atuação integrada entre os diferentes órgãos e instituições envolvidos. Na
706 sequência, foi concedida a palavra ao Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva
707 (IBASER), que, antes da manifestação da Conselheira Fabricia Lais Pigaiani,
708 apresentou considerações acerca dos encaminhamentos propostos. Inicialmente,
709 dirigiu-se à Conselheira Laurette Bernadin (ASHBRA), destacando que todos os

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

membros do CERMA exercem a função de Conselheiros(as) Estaduais, representando a política migratória em todo o Estado do Paraná, independentemente da nacionalidade das pessoas atendidas ou do município onde os fatos ocorram. Ressaltou que essa condição confere legitimidade institucional para dialogar diretamente com gestores públicos municipais e solicitar informações sobre situações relacionadas à garantia dos direitos da população migrante. O Conselheiro observou que, caso haja dificuldade de diálogo com determinada administração municipal, é importante registrar formalmente as tentativas de contato realizadas, de modo a demonstrar que o Conselho buscou o diálogo institucional antes da adoção de outras providências. Na sequência, manifestou concordância com a proposta apresentada pela Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), sugerindo apenas o acréscimo de um encaminhamento preliminar. Propôs que o CERMA encaminhe, inicialmente, **o**fício ao Município de Paiçandu, solicitando informações oficiais sobre a situação relatada e as medidas adotadas pelo Poder Público Municipal para garantir o atendimento da população migrante residente na ocupação mencionada. Segundo o Conselheiro, o envio do expediente permitirá formalizar a atuação do Conselho, registrar institucionalmente a demanda e possibilitar que, a partir da resposta ou da eventual ausência de manifestação por parte do Município, o CERMA possa adotar medidas mais incisivas e fundamentadas, inclusive no diálogo com os demais órgãos competentes. Ao final de sua manifestação, reiterou que os(as) Conselheiros(as) possuem legitimidade para manter interlocução direta com os municípios em assuntos relacionados à política migratória, reforçando a importância da atuação institucional do CERMA na defesa e fiscalização da garantia dos direitos da população migrante, refugiada e apátrida no Estado do Paraná.Na sequência, a Conselheira Laurette Bernadin (ASHBRA), retomou a palavra e esclareceu que a situação enfrentada pela população migrante em Paiçandu é mais grave do que inicialmente se imaginava. Relatou que, durante reunião realizada em Maringá, verificou-se que muitos dos

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

739

740 participantes desconheciam a dimensão da vulnerabilidade vivenciada pelas famílias
741 residentes na ocupação. Ressaltou que a comunidade encontra-se em situação de
742 abandono, sem acesso adequado aos serviços públicos essenciais, e informou que,
743 até o momento, não havia conhecimento de atuação direta da Cáritas na localidade.
744 A Conselheira explicou que sua solicitação à Conselheira Fabricia Lais Pigaiani tinha
745 como objetivo aproximar a Cáritas Arquidiocesana de Maringá da realidade de
746 Paiçandu, considerando sua atuação regional e a possibilidade de contribuir com o
747 atendimento às famílias migrantes. Acrescentou que representantes da Secretaria
748 de Juventude e de Direitos Humanos de Maringá demonstraram preocupação com a
749 situação, mas possuem limitações para atuar diretamente em outro município. Em
750 seguida, relatou casos concretos de violações de direitos observados na ocupação,
751 mencionando dificuldades de acesso aos serviços de saúde, demora em
752 atendimentos especializados, ausência de atendimento ginecológico para mulheres
753 migrantes e situações de discriminação no acesso aos serviços públicos. Destacou
754 que idosos, mulheres e crianças encontram-se entre os grupos mais afetados,
755 reforçando a necessidade de uma atuação urgente por parte dos órgãos
756 competentes. Na sequência, foi concedida a palavra à representante da
757 Organização Internacional para as Migrações (OIM), que ponderou ser provável que
758 a Cáritas Arquidiocesana de Maringá já tenha conhecimento da situação,
759 considerando que organizações da sociedade civil e instituições religiosas
760 costumam tomar conhecimento dessas demandas antes mesmo dos órgãos
761 públicos. Acrescentou que, caso a Cáritas já esteja acompanhando a comunidade,
762 poderá contribuir de forma importante no diálogo institucional com a Prefeitura de
763 Paiçandu. Retomando a palavra, a Conselheira Fabricia Lais Pigaiani esclareceu
764 que a Cáritas Arquidiocesana de Londrina não possui atuação territorial em
765 Paiçandu, por se tratar de município pertencente à Arquidiocese de Maringá.
766 Informou, entretanto, que manterá contato com a coordenação da Cáritas
767 Arquidiocesana de Maringá para verificar se a instituição já acompanha a situação

768

769 da ocupação e quais ações vêm sendo desenvolvidas. Comprometeu-se a
770 compartilhar essas informações com o CERMA e a colaborar com a articulação
771 institucional, inclusive participando de eventual reunião no município, representando
772 o Conselho na região norte do Estado. Por fim, a Presidente Rockmillys Basante
773 (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), voltou a se manifestar, reforçando a
774 necessidade de atuação integrada entre o CERMA, a Secretaria de Estado da
775 Justiça e Cidadania, a Superintendência-Geral de Governança Migratória, os
776 organismos de cooperação internacional, o Ministério Público, a Defensoria Pública,
777 as secretarias estaduais e municipais e as organizações da sociedade civil. A
778 Presidente observou que situações como a relatada evidenciam a necessidade de
779 maior articulação entre as instituições responsáveis pela política migratória,
780 ressaltando que o compartilhamento de informações e a atuação coordenada são
781 essenciais para garantir respostas rápidas e efetivas às demandas da população
782 migrante. Destacou ainda que cabe ao Estado fortalecer os municípios na
783 implementação da política pública migratória, identificando fragilidades e
784 promovendo ações conjuntas para assegurar a efetivação dos direitos das pessoas
785 migrantes, refugiadas e apátridas em todo o território paranaense. Na sequência, a
786 Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), submeteu
787 à apreciação do Plenário a proposta de encaminhamento de ofício à Prefeitura
788 Municipal de Paiçandu, solicitando informações oficiais acerca da situação da
789 ocupação mencionada durante os debates, bem como das ações e medidas
790 adotadas pelo Poder Público Municipal para assegurar o atendimento e a garantia
791 dos direitos da população migrante, refugiada e apátrida residente no local.
792 Colocada a proposta em votação, todos(as) os(as) Conselheiros(as) presentes
793 manifestaram-se favoravelmente, sendo o encaminhamento aprovado por
794 unanimidade. Ficou deliberado que a Secretaria-Executiva do CERMA adotará as
795 providências necessárias para elaboração e expedição do referido ofício,
796 contemplando os apontamentos realizados durante a discussão e solicitando

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

797

798 resposta em caráter de urgência.Na sequência, foi concedida a palavra ao Sr.
799 Matheus,(NUCID), Em sua manifestação, o representante ressaltou a gravidade da
800 situação relatada no município de Paiçandu e sugeriu que, paralelamente ao
801 encaminhamento do ofício pelo CERMA à Prefeitura Municipal, o caso também seja
802 formalmente comunicado ao NUCID/Defensoria Pública do Estado do Paraná.
803 Esclareceu que, a partir do recebimento das informações e dos relatórios
804 produzidos, a Defensoria Pública poderá analisar a situação e adotar as medidas
805 institucionais cabíveis, contribuindo para o acompanhamento do caso e para a
806 articulação junto ao Município. Ao final, colocou o NUCID à disposição do Conselho,
807 informando que os contatos institucionais já foram compartilhados e solicitando que
808 o relatório e os demais documentos relacionados ao caso sejam encaminhados à
809 Defensoria Pública para as providências pertinentes.Na sequência, a Sra. Aline
810 Romanel, Coordenadora da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados
811 (UTSC/SEJU) e Secretária-Executiva do CERMA, solicitou a palavra e destacou a
812 importância de que situações como a relatada sejam previamente encaminhadas às
813 Comissões Temáticas do Conselho, de modo a possibilitar uma análise mais
814 aprofundada, a elaboração de propostas e encaminhamentos técnicos, bem como o
815 adequado registro das discussões antes de sua apreciação pelo Plenário. Em
816 resposta, a Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem
817 Fronteiras), observou que, na prática, muitas dessas demandas não chegam
818 previamente à Mesa Diretora nem são formalizadas como ponto de pauta, sendo
819 apresentadas apenas durante a realização das reuniões ordinárias, o que dificulta o
820 planejamento das discussões e a adoção de providências antecipadas. Na
821 sequência, o Sr. Jesus Alberto Leon (UTSC/SEJU), esclareceu que as demandas
822 dessa natureza, em sua maioria, não têm sido encaminhadas previamente para
823 inclusão na pauta das reuniões, sendo apresentadas apenas no decorrer das
824 sessões plenárias. Ressaltou que essa dinâmica dificulta a organização dos
825 trabalhos e o encaminhamento às Comissões Temáticas. Informou ainda que as

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

826

827 Comissões do CERMA encontram-se há aproximadamente três meses sem realizar
828 reuniões e que, mesmo quando convocadas, têm registrado baixa participação de
829 seus membros, comprometendo a análise prévia das matérias e a construção de
830 encaminhamentos antes de sua apreciação pelo Plenário. Na sequência, foi
831 concedida a palavra ao Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva (IBASER), que
832 relatou um caso envolvendo uma família haitiana cujo filho foi acolhido
833 institucionalmente após a rede de proteção receber informação de que a criança
834 teria sofrido agressões no ambiente familiar. Segundo o Conselheiro, posteriormente
835 constatou-se que a situação demandava uma análise mais aprofundada,
836 mencionando que a criança possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista
837 (TEA) e que haveria indícios de falhas nos procedimentos adotados. Destacou que a
838 mãe busca reaver a guarda do filho e que a família vem sendo acompanhada,
839 inclusive com apoio em aulas de língua portuguesa. O Conselheiro ressaltou que o
840 Estado do Paraná tem recebido um número crescente de migrantes, especialmente
841 provenientes de Cuba e do Haiti, em grande parte em razão de processos de
842 reunião familiar. Nesse contexto, defendeu a necessidade de promover capacitações
843 voltadas à rede de proteção da criança e do adolescente, com foco no atendimento
844 às especificidades da população migrante, refugiada e apátrida. Como
845 encaminhamento, sugeriu que o CERMA articule, futuramente, ações de formação
846 em parceria com a Secretaria responsável pela política de assistência social,
847 incluindo essa temática no encontro de capacitação debatido anteriormente pelo
848 Conselho. Na sequência, a Sra. Elizete fez uso da palavra e questionou sobre a
849 existência de um canal institucional por meio do qual organizações da sociedade
850 civil e cidadãos possam encaminhar demandas, denúncias e sugestões ao CERMA.
851 Observou que muitas entidades ainda desconhecem a atuação do Conselho e os
852 meios de acesso às suas atividades. Em resposta, a Presidente Rockmillys Basante
853 (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), informou que o Plenário já havia
854 aprovado, em reunião anterior, a criação de canais de comunicação da sociedade c

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

855

856 civil para divulgação das atividades do CERMA, com utilização de redes sociais e de
857 um endereço eletrônico destinado ao recebimento de denúncias, sugestões e
858 solicitações de informação. Esclareceu que a proposta consiste em um canal
859 administrado pela sociedade civil, preservando sua autonomia, e destinado a ampliar
860 a divulgação das ações do Conselho e facilitar o contato da população com o
861 colegiado. Na sequência, o Sr. Jesus Alberto Leon (UTSC/SEJU), esclareceu que
862 qualquer cidadão, entidade ou organização pode encaminhar sugestões de pauta,
863 denúncias ou informações ao CERMA, seja diretamente aos Conselheiros ou por
864 meio do endereço eletrônico institucional, para que as demandas sejam apreciadas
865 pela Mesa Diretora e, conforme sua natureza, encaminhadas às Comissões
866 Temáticas competentes. Ressaltou, entretanto, que tais demandas não têm chegado
867 previamente ao Conselho, motivo pelo qual o CERMA vem registrando, nos últimos
868 meses, escassez de pautas para deliberação. Em seguida, a Sra. Aline Romanel,
869 Coordenadora da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC/SEJU) e
870 Secretária-Executiva do CERMA, esclareceu que não há impedimento para que a
871 sociedade civil mantenha canais próprios de comunicação e redes sociais voltados à
872 divulgação das atividades do Conselho. Destacou apenas que, em razão da
873 legislação eleitoral, esses canais devem preservar sua natureza independente,
874 evitando qualquer vinculação institucional que possa caracterizar comunicação
875 oficial do Governo do Estado. Em resposta, a Presidente Rockmillys Basante (Ação
876 Social Irmandade Sem Fronteiras) reafirmou a importância da manutenção dos
877 canais de comunicação aprovados pelo Plenário, destacando que seu objetivo é
878 ampliar a divulgação da atuação do CERMA e facilitar o acesso da população às
879 informações e aos mecanismos de participação social. Após os esclarecimentos
880 apresentados, ficou consignado que a divulgação será estruturada de forma a
881 preservar a autonomia da sociedade civil e observar a legislação vigente. Por fim, a
882 Presidente informou que a Mesa Diretora vem elaborando uma minuta de proposta
883 de alteração da Lei de criação do CERMA, do Regimento Interno e da instituição de

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

884

885 um Comitê de Ética, com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do Conselho e
886 fortalecer os deveres e responsabilidades de seus membros. Esclareceu que o texto
887 preliminar será encaminhado para análise dos órgãos competentes e,
888 posteriormente, submetido à apreciação dos(as) Conselheiros(as). Não havendo
889 outras manifestações sobre o tema, a Presidente agradeceu a presença dos(as)
890 Conselheiros(as), convidados(as) e participantes que acompanhavam a reunião de
891 forma presencial e virtual, registrando o agradecimento pela participação de
892 todos(as). Em seguida, declarou encerradas as discussões do item e deu
893 prosseguimento à apreciação do próximo ponto da pauta. **8.Xenofobia e**
894 **Discriminação contra Migrantes e Refugiados nas Escolas e no Trabalho;** Na
895 sequência, a Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem
896 Fronteiras), fez uso da palavra e manifestou preocupação com o aumento de
897 denúncias de xenofobia, racismo, discriminação e preconceito envolvendo pessoas
898 migrantes em diversos espaços públicos e privados, especialmente em ambientes
899 de trabalho, escolas, unidades de saúde e demais serviços públicos. Destacou que
900 tais situações têm ocorrido com frequência e gravidade crescentes, ressaltando a
901 necessidade de ampliar os canais de comunicação para que a população migrante
902 possa denunciar violações de direitos. A Presidente enfatizou que o CERMA deverá
903 assumir papel ativo no enfrentamento dessas situações, propondo o
904 encaminhamento de ofício à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania,
905 solicitando, em caráter de urgência, a realização de reunião intersetorial com as
906 Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Assistência Social e do Trabalho,
907 com o objetivo de discutir estratégias conjuntas de prevenção, enfrentamento e
908 mediação de casos de xenofobia, discriminação e violência contra a população
909 migrante, refugiada e apátrida. Em seguida, foi concedida a palavra ao Sr. Fernando
910 Buiar Noronha (PADF), que compartilhou a experiência de ações de sensibilização
911 realizadas em escolas, voltadas à conscientização de crianças e adolescentes sobre
912 migração, diversidade cultural e respeito aos direitos humanos. Relatou que as

913

914 atividades partiram de reflexões sobre intercâmbio, mobilidade internacional e
915 acolhimento, despertando nos estudantes maior empatia em relação às pessoas
916 migrantes e refugiadas. Destacou que a iniciativa apresentou resultados positivos e
917 sugeriu sua ampliação para outras unidades escolares. Retomando a palavra, a
918 Presidente Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), lembrou
919 que essa iniciativa teve origem em projeto desenvolvido pelo Instituto Aurora, da
920 Igreja Menonita, em parceria com a Ação Social Irmandade Sem Fronteiras, ocasião
921 em que eram promovidas atividades em escolas particulares voltadas ao resgate
922 das origens familiares dos estudantes e à valorização da diversidade cultural.
923 Ressaltou que a proposta evoluiu para ações de sensibilização sobre migração,
924 inclusão e respeito às diferenças, defendendo sua ampliação em parceria com a
925 Secretaria de Estado da Educação. Sugeriu, ainda, que sejam envolvidos
926 profissionais migrantes com diplomas revalidados nas áreas da educação, saúde e
927 assistência social, atuando como mediadores culturais nas atividades de formação.
928 Na sequência, o Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva (IBASER), informou
929 que a rede estadual de ensino já desenvolve projetos pedagógicos relacionados ao
930 enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial, especialmente durante
931 as atividades alusivas ao mês da Consciência Negra. Sugeriu que o tema da
932 **x**enofobia seja incorporado a essas ações pedagógicas, ampliando o debate sobre
933 discriminação e convivência intercultural. O Conselheiro também propôs a criação
934 de uma Caravana do CERMA, com visitas técnicas às escolas, unidades de saúde e
935 demais equipamentos públicos, inicialmente na Região Metropolitana de Curitiba,
936 com posterior expansão para outras regiões do Estado, visando promover ações
937 educativas, fortalecer a política pública migratória e aproximar o Conselho das
938 comunidades migrantes. Em resposta, a Presidente Rockmillys Basante (Ação
939 Social Irmandade Sem Fronteiras), recordou que proposta semelhante já havia sido
940 apresentada anteriormente pelo Conselho, prevendo a realização de reuniões
941 descentralizadas do CERMA nas Ruas da Cidadania e em outros espaços públicos

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

942

943 próximos às comunidades migrantes. Manifestou apoio à retomada da iniciativa,
944 propondo que sejam estruturadas ações conjuntas com base nas sugestões
945 apresentadas pelos Conselheiros, podendo, se necessário, ser convocada reunião
946 extraordinária para deliberar sobre sua implementação. Na sequência, a Sra. Aline
947 Romanel, Coordenadora da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados
948 (UTSC/SEJU) e Secretária-Executiva do CERMA, sugeriu que o Conselho dialogue
949 com a coordenação da Caravana do COPED, considerando que o projeto já realiza
950 ações itinerantes pelo Estado e poderá contribuir para a inclusão da pauta migratória
951 em suas atividades. Em resposta, a Presidente observou que a proposta é
952 pertinente e destacou a importância da integração entre os colegiados estaduais.
953 Durante o debate, foi esclarecido que a participação do CERMA na Caravana deverá
954 observar os limites logísticos e orçamentários disponíveis, sendo informado pela
955 Secretaria-Executiva que, em princípio, seria possível viabilizar a participação de até
956 dois representantes do Conselho. Ficou acordado que será realizado contato com a
957 coordenação da Caravana do COPED para avaliar a viabilidade da participação do
958 CERMA nas próximas ações itinerantes. Ao final do debate, a Presidente Rockmillys
959 Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteiras), dirigiu questionamento aos
960 representantes do Governo do Estado e dos organismos de cooperação
961 internacional acerca da possibilidade de apoio logístico para o transporte de ajuda
962 humanitária destinada à Venezuela. Informou que a Ação Social Irmandade Sem
963 Fronteiras atua como ponto de arrecadação de donativos e manifestou interesse em
964 verificar a possibilidade de cooperação institucional para viabilizar o envio desse
965 material às populações em situação de vulnerabilidade.**9. Encerramento:** Por fim,
966 Rockmillys Basante (Ação Social Irmandade Sem Fronteira), agradeceu a todos (as)
967 e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados
968 Migrantes e Apátridas (CERMA/PR). A presente ata foi lavrada por Jesus Alberto
969 Leon e revisada por Aline Romanel.

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026